

PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DE ÁREAS VERDES NA CIDADE DAS MANGUEIRAS: UMA LEITURA LEFEBVRIANA SOBRE BELÉM DO PARÁ

Gabriel Villas Boas de Amorim Lima
Mestrando em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará
Renato Martins das Neves
Doutor em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará
José Nunes da Silva Alves
Mestre em Habitação, Universidade do Oeste de Santa Catarina

Resumo: Este estudo objetivou compreender como as áreas verdes de Belém-PA (denominada Cidade das Mangueiras) são concebidas, percebidas e vividas por diferentes agentes da cidade (Estado, Capital e Sociedade) a partir da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre. Para isso, utilizou-se o método regressivo-progressivo que analisou articulações contemporâneas da produção socioespacial de áreas verdes, reconstituindo historicamente as relações estabelecidas que pudessem justificar a conformação socioambiental presente, retornando então ao presente para destacar as contradições observadas na contemporaneidade. Para isso, empregou-se procedimentos bibliográficos e documentais que permitiram cruzar informações e construir um entendimento comum sobre o assunto. Os resultados indicaram que os espaços concebido e percebido são controlados nas perspectivas político-administrativa e ideológica, respectivamente, induzindo áreas centrais a utilizarem suas áreas verdes como instrumentos de valorização do capital imobiliário. Isso explicita a dicotomia socioambiental ao evidenciar que bairros periféricos não vivenciam espaços verdes satisfatórios, tornando a ocorrência destes um privilégio verde reservado a quem pode pagar por ele. Desse modo, concluiu-se que, embora tratadas midiaticamente como sinônimas, na prática, a Cidade das Mangueiras é substancialmente menor que a cidade de Belém, restrita às áreas centrais da cidade, cuja valorização fundiária mantém a produção socioespacial desigual de áreas verdes.

Palavras-chave: Henri Lefebvre. Espaço concebido. Espaço percebido. Espaço vivido. Privilégio Verde.

1 INTRODUÇÃO

A cidade tem sido objeto de estudo de intelectuais das mais diversas áreas, os quais se dedicam a compreender os múltiplos, complexos e interdependentes fenômenos que constituem o espaço urbano. Um dos estudiosos mais bem sucedidos em sua argumentação foi Henri Lefebvre (1901-1991), sociólogo francês que ressignificou o olhar marxista para a compreensão da ciência urbana. Diferente de seus antecessores, Lefebvre (1991) não entendia o espaço urbano como um ambiente estático, ou cenário onde as relações de poder e produção do capital eram estabelecidas, mas sim como algo que detém de forma e conteúdo; de modo que o urbano se tornou, também, uma compreensão multilateral de relações sociais.

Essa conceituação indica que o espaço urbano é formado a partir de relações sociais e, destas, também se geram novas interações, ou ainda, se reproduzem as mesmas. Portanto, o espaço urbano é caracterizado como fonte, forma, instrumento e produto das relações capitalistas. Com base nessa perspectiva, o espaço urbano pode e deve ser entendido em aspectos

materiais (ambiente construído) e virtuais (sociabilização), dependentes das relações capitalistas estabelecidas na estrutura social vigente. Isso demonstra que a temporalidade exerce fator fundamental na compreensão do que se entende por urbano, cuja conceituação poder variar em a partir de qual época se analisa.

Em relação a isso, alguns estudos (GARCÍA-HERNANDEZ, 2020; OLIVEIRA, 2020; TONUCCI FILHO, 2020) utilizam o argumento lefebvriano de que o espaço urbano é constituído por três dimensões: I) Espaço concebido; II) Espaço percebido, e; III) Espaço vivido. O espaço concebido é formal, rígido, planejado por tecnocratas (políticos, arquitetos, engenheiros), construído através de discursos e representações da realidade. Este é o espaço das leis, dos planos diretores municipais, zoneamentos, etc. Já o espaço percebido é aquele que representa a lógica que cada relação social imprime no ambiente urbano, ou seja, a maneira como cada indivíduo enxerga as funcionalidades, usos e relações que a cidade pode proporcionar, indicando como a sociedade enxerga o urbano e a si própria. Em relação ao espaço vivido, o

mesmo demonstra a vida cotidiana, a soberania da realidade em relação ao programado. Nesse contexto, o espaço vivido é a manifestação mais tangível de espaço urbano.

A partir dessa tríade espacial, estudos lefebvrianos conseguem identificar as diferentes articulações que a produção socioespacial das cidades pode apresentar, em seus diferentes prismas, seja focando no crescimento territorial (BIDANDI; WILLIAMS, 2020), na significação cultural da cidade (SACCO et al., 2019) ou ainda nas perspectivas socioambientais (LIMA et al., 2020). Essas articulações influenciam diretamente na paisagem urbana (GAMA NETO, 2013), que reproduzem as relações estabelecidas e por vezes suscitam condições favoráveis à produção econômica da paisagem (LIMA et al., 2020).

Quanto às articulações socioespaciais e seus efeitos na paisagem, questiona-se como as áreas verdes são concebidas, percebidas e vividas no ambiente urbano e de que forma essas dimensões podem estar associadas a uma dinâmica socioespacial. Tendo inúmeros benefícios constatados, como a melhora do conforto térmico (IBIAPANO; NÄÄS, 2020), aumento da permeabilidade do solo (ALVES et al., 2020), redução da concentração de emissões atmosféricas (LUZ; RODRIGUES, 2012) e atenuação do ruído de tráfego (OLIVEIRA et al., 2018), as áreas verdes urbanas tornam-se valiosos instrumentos não somente de qualidade de vida nas cidades, como também na valorização de terrenos adjacentes com o intuito de se explorar a renda fundiária diferencial (HARVEY, 2007).

Contudo, a compreensão da relação entre a exploração da renda fundiária e a produção de áreas verdes parece ainda não ter sido plenamente analisada, persistindo uma lacuna de conhecimento a se explorar. Partindo dessa problemática, este estudo objetivou analisar como áreas verdes podem ser compreendidas a partir dos fundamentos de Lefebvre (1991), o qual discriminou o espaço urbano em concebido, percebido e vivido. Nesta pesquisa, adotou-se o mesmo conceito de áreas verdes urbanas proposto por Lima et al. (2020), definindo-as como sistemas arbóreos presentes no ambiente urbano (praças, parques, bosques, arborização viária), podendo ser tanto de origem pública quanto privada.

Como estudo de caso, as análises socioespaciais foram realizadas para a cidade de Belém, capital do estado do Pará (região Norte do Brasil), em detrimento desta possuir relação peculiar com suas áreas verdes, chegando a ser denominada "Cidade das mangueiras", em alusão ao expressivo número de mangueiras (*Mangífera indica* L.) presentes nos logradouros públicos dos bairros centrais. Os principais resultados indicaram uma dicotomia latente entre espaços centrais e periféricos da cidade, revelando uma visão antagônica sobre o conceber, o perceber e o viver dos espaços públicos. Ainda, indicou-se que a cidade das mangueiras é substancialmente menor do que a

cidade de Belém, reduzida às áreas altamente especuladas do território central.

Dessa forma, esse estudo está estruturado em Introdução, Método, Resultados e Discussões, além das Considerações Finais. A seção do método evidencia o método regressivo-progressivo indicado por Henry Lefebvre (1995) na construção de uma análise socioespacial do fenômeno. A seção de Resultados e Discussões examina cada uma das três etapas do método: descrição do visível, análise regressiva e progressão histórico-genética. Por fim, a seção de considerações finais indica futuras reverberações dos resultados desta pesquisa, bem como suas contribuições teórica e prática.

2 MÉTODO

Este estudo utilizou o método regressivo-progressivo (LEFEBVRE, 1995), que se constitui como um procedimento investigativo específico para a realidade social, analisando três momentos: I) Descrição do visível; II) Análise regressiva, e; III) Progressão histórico-genética. No primeiro momento, buscou-se entender quais processos de produção socioespacial estão ocorrendo em Belém, e qual o papel das áreas verdes urbanas nesse contexto, segundo a perspectiva da tríade lefebvriana. Essa etapa foi estruturada a partir de consultas bibliográficas e documentais que possibilitaram entender como os espaços concebido, percebido e vivido dialogam entre si e com a realidade.

No segundo momento, objetivou-se especificar as origens e reverberações do desenvolvimento socioeconômico de Belém nas áreas verdes hoje presentes na cidade, buscando compreender como ocorreu a construção material e virtual desses espaços urbanos. O terceiro e último momento compreendeu a progressão histórico-genética, a qual evoca um presente explicado e entendido, destacando como contradições entre relações socioespaciais distintas implicam na manifestação de áreas verdes urbanas.

Conforme detalha Souza (2009), o método regressivo-progressivo inicia a análise no presente e retoma ao passado para recortar acontecimentos que precedem e elucidam os fatos contemporâneos. Depois, retorna-se a uma análise do presente buscando compreender se os movimentos, processos e agentes envolvidos possuem relação verídica com o observado no momento regressivo. Nesse sentido, Lefebvre (1995) busca diferenciar este método da dialética convencional ao enfatizar a capacidade metodológica de aplicar tal pensamento às relações sociais concretas.

Assim, conforme delimita Pereira et al. (2018), esse estudo possui uma abordagem essencialmente qualitativa, com objetivos exploratórios e procedimentos bibliográficos e documentais para construir a argumentação embasada no método de Lefebvre (1995). A análise dos resultados foi

alcançada a partir do cruzamento de informações, verificando contradições e coalizões entre diferentes estudos, materiais e percepções para se construir um entendimento comum sobre a problemática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Descrição do Visível: Contradições na Cidade das Mangueiras

O espaço urbano em grandes cidades da Amazônia é ambientalmente paradoxal. Ao passo que é difundida uma ideologia de possível harmonia entre os ambientes construído e natural, conflitos na relação Homem-Natureza emergem a partir de divergências entre objetivos sociais e capitalistas, amparados pela máquina estatal (HARVEY, 2007). Nesse ínterim, o exemplo mais substancial dessa problemática refere-se à Belém do Pará, que produz e reproduz discursos socioambientais sob o título de “Cidades das mangueiras”, em virtude da expressiva presença destas espécies arbóreas nos logradouros públicos. Contudo, essa narrativa – oriunda de coalizões governamentais e empresariais – revela-se frágil ao verificar a existência de disparidades socioambientais na paisagem urbana, as quais exacerbam contradições visíveis no espaço urbano e interferem na qualidade de vida da população (SOARES; CARVALHO, 2018).

Sobre isso, é necessário investigar como as dimensões do espaço urbano se articulam na contemporaneidade. Em Belém, é nítida a contradição entre espaços centrais e periféricos, que apresentam condições opostas de qualificação paisagística (LIMA et al., 2020). É importante destacar que os termos “espaço central” e “espaço periférico” não se referem necessariamente à dimensão geográfica, mas sim aos níveis de qualificação urbano-paisagística que as regiões da cidade apresentam. Tal perspectiva dialoga com o que Lima et al. (2015) conceituam como “periferia próxima”, ou seja, regiões urbanas de condição hipossuficiente que se encontram geograficamente próximas (ou mesmo limitrofes) a regiões urbanisticamente qualificadas, apresentando desigualdades socioespaciais em curtas distâncias territoriais. Assim, espaços centrais e periféricos coexistem e tornam-se comumente contíguos, evidenciando na cidade uma paisagem de retalhos urbanísticos.

Essa condição dialética é enfatizada pelas contradições entre os espaços concebido e vivido. Administrativamente, Belém é dividida em oito divisões distritais, sendo seis (Belém-DABEL, Guamá-DAGUA, Sacramenta-DASAC, Entroncamento-DAENT, Bengui-DABEN, Icoaraci-DICO) localizadas na porção continental e duas (Outeiro-DAOUT e Mosqueiro-DAMOS) na porção insular. No estudo de Luz e Rodrigues (2012), que analisou a disposição de áreas verdes na porção continental (Tabela 1), foi verificado os bairros centrais (localizados no DABEL) possuem maiores índices de cobertura vegetal (ICV) e de

cobertura vegetal por habitante (ICVH) do que bairros localizados em DAGUA e DASAC, tidos como distritos predominantemente periféricos.

Tabela 1- ICV e ICVH por distrito administrativo (2006)

Distrito	População (2006)	ICV (%)	ICVH (m ² /hab.)
DABEL	144.948	11,00	10,53
DAGUA	342.742	4,33	1,80
DASAC	256.641	8,42	4,98
DAENT	125.400	54,28	289,82
DABEN	287.670	30,97	35,82
DAICO	167.035	49,95	99,80

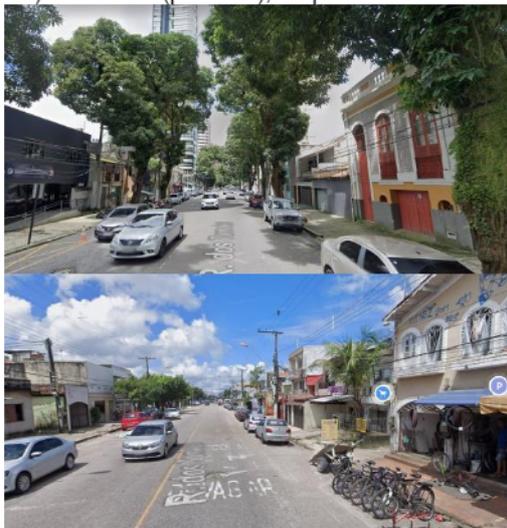
Fonte: adaptado de Luz e Rodrigues (2012)

Enquanto isso, distritos como DAENT, DABEN e DAICO apresentam elevados ICV e ICVH, embora essa distribuição seja assimétrica dentro de suas próprias limitações. Isso ocorre, pois partes substanciais desses distritos destinam-se a áreas institucionais militares ou áreas de preservação permanente (APP), justificando os elevados índices. Contudo, em uma possível análise espacial abrangendo somente as áreas com adensamento populacional, os resultados provavelmente seriam próximos aos verificados em DAGUA e DASAC, uma vez que também apresentam paisagens com aspectos de deserto florístico (ICV < 5%).

Essa dialética socioambiental entre centro e periferia é marcada por políticas setoriais que dificultam a implantação de equipamentos sanitários e paisagísticos adequados à realidade hipossuficiente dessas comunidades. Nesse contexto, a ação do poder público na concepção da paisagem urbana é paradoxal: ao mesmo tempo em que busca homogeneizar seus padrões de qualificação paisagística através de legislações e planos específicos (BELÉM, 2013), desconsidera na prática especificidades locais das diferentes comunidades, seus usos e intenções com aquele equipamento urbano.

Além disso, conforme também observaram outros estudos (BARROS et al., 2017; GUSMÃO; SOARES, 2018; LIMA et al., 2020; RODRIGUES; LUZ; SARAIVA, 2014), a concepção de áreas verdes em Belém é polarizada (Figura 1). Enquanto regiões centrais apresentam expressiva qualificação de praças e logradouros com vegetação arbórea de médio e grande porte, equipamentos e infraestruturas de apoio, esses espaços na periferia detêm de vegetação arbustiva, pontual e isolada, além de pouca ou nenhuma infraestrutura de suporte. Dessa forma, percebe-se que a concepção da paisagem, embora tenha subsídios legais e técnicos que visem atender à população de Belém de maneira sistêmica, perde-se nos níveis táticos e operacionais ao não implantar suas intenções documentadas, especialmente em áreas periféricas hipossuficientes, agravando a polarização socioeconômica já existente sob agora uma perspectiva socioambiental.

Figura 1- Mesma rua, bairros diferentes: Batista Campos (central) e Jurunas (periferia), respectivamente.



Fonte: Adaptado do Google Street View (2021).

Cabe destacar que a divergência entre os espaços concebido e vivido se torna evidente mesmo em áreas centrais, ainda que em intensidades menos expressivas das evidenciadas nas regiões periféricas. Isso pode ser constatado ao comparar as recomendações do manual técnico de arborização urbana de Belém (BELÉM, 2013), anexo ao Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU, com intervenções paisagísticas realizadas após sua promulgação, a exemplo de parte da orla do Reduto (Figura 2). Nessa região, requalificada em 2017, a arborização dos logradouros foi negligenciada, apesar de o PDAU prever a inclusão de espécies arbóreas em passeios como os implantados, ressaltando disparidades entre os espaços concebido e vivido.

Figura 2 - Contradições entre espaços concebido e vivido: ausência de arborização em logradouros.



Fonte: Adaptado do Google Street View (2021) e de Belém (2013).

Sobre isso, Nespolo et al. (2020) enfatizam a necessidade de implementação e operacionalização do PDAU como mecanismo de promoção efetiva de uma paisagem urbana sustentável, assegurando qualidade urbanística para o entorno, além de qualidade de vida para a população local. Se as contradições entre os espaços concebido e vivido refletem as relações de dominação político-econômica descritas por Lefebvre (1991), o espaço percebido revela uma dominação ideológica. Conforme os estudos de Barros et al. (2017), Rodrigues, Luz e Saraiva (2014) e Silva, Batista e Batista (2018), o título de “Cidade das mangueiras” é relativo e parcial, atribuindo mais uma personificação ideológica do que propriamente materializando aspectos socioambientais relevantes.

Um claro exemplo dessa condição foi apresentado por Silva, Batista e Batista (2018) que, ao entrevistar moradores dos bairros de Nazaré (central) e Guamá (periférico), constatou que 70% dos habitantes do primeiro julgavam justo o título de Cidade das Mangueiras à Belém, enquanto que, dentre os moradores do segundo bairro, esse índice mal chegou a 30%. Na visão dos moradores de Nazaré, a arborização da cidade foi classificada como satisfatória, enquanto no Guamá os moradores a indicaram como insuficiente. É curioso atentar que um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) indicou Belém como a capital menos arborizada do país, possuindo somente 22,4% da área urbana destinada à vegetação.

Partindo dessa discussão, é possível notar uma perspectiva tendenciosa dos moradores de bairros centrais em visualizar seus logradouros como espaços ambientalmente adequados, mesmo que isso não represente necessariamente uma condição de qualidade paisagística. Segundo Luz e Rodrigues (2012), os ICV e ICVH de áreas urbanas devem apresentar valores mínimos de 30% e 15 m²/hab., respectivamente, para serem considerados satisfatórios, divergindo do apresentado pelo DABEL na Tabela 1 (ICV-. 11% e ICVH – 10,53 m²/hab.). Dessa forma, verifica-se que os espaços percebido e vivido também se contradizem, de modo que a percepção dos moradores sobre a paisagem pode estar enviesada por fatores além das próprias condições paisagísticas presentes. Assim, é possível verificar uma desarticulação entre concepção, percepção e vivência das áreas verdes urbanas, tornando o título de cidade das mangueiras um paradoxo preocupante.

3.2 Análise Regressiva: Nascimento e formação do paradoxo da Cidade das mangueiras

O início da constituição de sistemas arbóreos planejados em Belém remonta à segunda metade do século XVII, quando surgiu a romaria do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, hoje maior procissão a céu aberto do Brasil. Na época, o trajeto entre o palácio do

governo e a capela (hoje, Basílica de Nazaré) percorria vias desprovidas de sombreamento, causando expressivo desconforto térmico aos romeiros. Dessa conjuntura, os planejadores municipais (como Antônio Landi) e a população da região central da cidade começaram a perceber os benefícios que a arborização de logradouros poderia resultar (BELÉM, 2013). Todavia, foi somente a partir da Intendência de Antônio Lemos (1898-1911) que ocorreu uma significativa requalificação paisagística das áreas centrais da cidade, à luz do movimento Haussmanniano sucedido em Paris.

Dessa forma, houve uma recomposição da paisagem utilizando técnicas do ecletismo europeu nos logradouros das áreas centrais, conferiu a Belém o título extraoficial de Paris n'América, em alusão à forte influência francesa no ordenamento da cidade (GAMA NETO, 2013). Na época, Lemos optou por suprimir a vegetação nativa existente e introduzir nos logradouros espécies exóticas como a mangueira (*Mangífera indica* L), em função de seu crescimento rápido e homogêneo em ecossistemas tropicais, permitindo transformar a paisagem rapidamente (BELÉM, 2013; GAMA NETO, 2013).

Esse modelo de paisagismo urbano acompanhou toda a vigência da Belle Époque – período-auge do ciclo econômico da borracha na Amazônia – interrompendo os processos de requalificação paisagística a partir da crise econômica no início da década de 1920 (GAMA NETO, 2013). Como resultado, a distinção paisagística entre áreas centrais e periféricas, que já era expressiva e assimétrica, perdeu-se ao longo do século XX, impossibilitando possíveis intervenções na arborização incipiente de áreas hipossuficientes (LUZ; RODRIGUES, 2012).

Desse modo, duas realidades foram sendo desenvolvidas concomitantemente: uma central, arborizada, turística, que criou e incorporou o título de cidade das mangueiras; e outra, periférica, desértica, invisível, que desconhece a manifestação de qualificação paisagística ou nuances de planejamento socioambiental adequado. Os efeitos adversos dessa dicotomia são fortemente relatados (BARROS et al., 2017; LIMA et al., 2020; RODRIGUES; LUZ; SARAIVA, 2014; SILVA; BATISTA; BATISTA, 2018), indicando que há diferenças substanciais na concepção, percepção e vivência das áreas verdes de Belém.

3.3 Progressão histórico-genética: reflexões sobre a produção desigual de áreas verdes

É possível constatar que as áreas verdes concebidas, percebidas e vividas divergem entre si em um sistema caracterizado por aparentes desarticulações. Contudo, na visão de Lefebvre (1991), esses espaços não podem ser considerados como elementos isolados ou frutos da ação de somente um grupo social, ainda que este detenha de dominação político-econômica. Partindo dessa premissa, como ler dinâmicas socioespaciais

conflitantes que compõem as áreas verdes da Cidade das mangueiras? Para isso, é necessário entender quais são os agentes envolvidos neste processo e qual o papel de cada um deles na produção de espaços urbanos.

Na visão de Lefebvre (1991), os espaços urbanos são formados através de um conflito contínuo entre Estado e Capital. De um lado, o Estado busca produzir e manter um espaço que subsidie a população quanto aos serviços básicos e assistência à garantia de direitos fundamentais, como o próprio direito à cidade. Do outro, o Capital busca sua produção, circulação e reprodução em todas as relações de troca estabelecidas nos níveis material e virtual, explorando a diferenciação de territórios como principal atributo da capitalização espacial (HARVEY, 2007). Dessa forma, é interessante para o Capital que a cidade seja heterogênea, criando contradições que valorizem alguns espaços em detrimento de outros.

Nesse quesito, Lima et al. (2020) exploram o conceito de Privilégio Verde, que associa a intenção do capital (no caso, imobiliário) em produzir, manter e explorar áreas verdes como atrativos mercadológicos para valorização de terrenos. Esse movimento apropria-se da dominação ideológica constatada por Silva, Batista e Batista (2018), ao verificar que o título de cidade das mangueiras reflete mais um atributo mercadológico do que propriamente uma qualidade socioambiental. Seja por motivações turísticas ou imobiliárias (Figura 3), as áreas verdes centrais de Belém são vendidas e difundidas como elementos de exclusividade e distinção de classes sociais mais abastardas, imprimindo no território uma contradição social a qual o mercado imobiliário necessita e as classes socioeconômicas superiores orgulham-se em manter.

Esse mecanismo tem relação com o que Harvey (2007) observa no comportamento da classe burguesa que, não somente detentora dos meios de produção, busca possuir o controle dos meios político-administrativo (concorrendo e ganhando para cargos legislativos e executivos municipais) e ideológicos (através da vinculação publicitária ou massiva alienação midiática).

Na prática, o controle dos espaços concebido e percebido pelos mesmos grupos sociais que objetivam explorar a renda fundiária explicam as diferenciações socioespaciais que as áreas verdes apresentam no espaço vivido. Isso ocorre tanto pelo controle dos planos e legislações municipais (que atuam prioritariamente em áreas de interesse do mercado imobiliário) quanto na construção do discurso socioambiental seletivo (através da constante manutenção midiática do termo “Cidade das mangueiras” em veículos de comunicação e propaganda).

Figura 3 - Privilégio Verde: paisagem como atributo imobiliário em renderização e anúncios de empreendimentos de luxo.



Fonte: Adaptado de Brasil Brokers (2020).

Desse modo, os resultados no espaço vivido são claros: a Cidade das mangueiras é substancialmente menor do que a cidade de Belém. Ela representa somente uma parcela pontual (e central) da cidade, de modo que seu discurso aparentemente coletivista é intencionalmente criado com o intuito de se refletir sobre as áreas verdes que se tem (em maioria, incipientes) e as que se almeja ter através do capital (pontualmente qualificadas).

Essa construção ideológica mantém a produção econômica de áreas verdes (LIMA et al., 2020) possível e concreta, distorcendo sua estrutura funcional primordial: a de prover saúde e qualidade de vida ambiental aos habitantes. Como resultado, territórios não atrativos à exploração do capital imobiliário permanecem marginalizados na promoção de requalificação paisagística, privando uma parcela substancial da população belenense de exercer uma relação positiva e saudável com áreas verdes urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços urbanos possuem três dimensões básicas (concepção, percepção e vivência) que, juntas, tornam possível compreender como se estabelecem relações socioespaciais na cidade. Neste estudo, o objetivo da pesquisa foi cumprido ao discutir a paisagem urbana de Belém segundo os procedimentos metodológicos de Henri Lefebvre (1995), permitindo identificar como a produção socioespacial de áreas verdes acontece na cidade, quais as origens e consequências desse fenômeno e quais implicações essas conformações refletem na sociedade.

Os resultados indicaram que os espaços concebido e percebido estão associados diretamente com a produção e reprodução do capital imobiliário, que se articulam nos campos político-administrativo e midiático-mercadológico com o intuito de manter a

exploração da renda fundiária diferencial. Desse modo, as áreas verdes são objetificadas e resumidas a atributos de valorização de empreendimentos em detrimento da sua função original: a de promover saúde, bem-estar e qualidade de vida. Essa lógica capitalista interfere no espaço vivido, tornando latentes e duráveis as contradições entre espaços centrais e periféricos.

As limitações da pesquisa residem na compreensão estrutural das articulações implícitas entre Estado, Capital e Sociedade na produção da paisagem urbana, detendo substancial contribuição teórica para o campo do paisagismo social. Além disso, a escassez de referências atualizadas para o embasamento empírico acerca do mapeamento vegetal limita a compreensão quantitativa do fenômeno nos períodos recentes.

Para pesquisas futuras, fomenta-se uma investigação mais profunda acerca das conformações que envolvem o privilégio verde e suas possíveis implicações sobre a financeirização da cidade. Desse modo, é possível concluir que o título de “cidade das mangueiras” deve ser utilizado com cautela, pois carrega uma expressiva carga simbólica implicitamente fomentada pelo viés capitalista da produção desigual de áreas verdes.

AGRADECIMENTOS

O primeiro autor agradece à Coordenação de Aproveitamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro concedido.

REFERÊNCIAS

ALVES, K. N. L.; LUCAS, F. C. A.; VASCONCELOS, S. M.; GOIS, M. A. F. Áreas verdes urbanas em Belém do Pará: histórico e potencialidade do Parque Ambiental Antonio Danúbio Lourenço da Silva. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, e4809119965, 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9965>.

BARROS, A. P. S.; AZEVEDO, A. C. J.; DIAS, E. R. S.; OLIVEIRA, H. M. P. Planejamento Urbano, áreas verdes e qualidade de vida: uma análise comparativa entre os bairros Terra Firme e Cidade Velha -Belém-PA. *Revista Eletrônica Georaguaiá*, Araguaia, v. 7, n. 2, p. 69-85, 2017.

BIDANDI, F.; WILLIAMS, J. J. Understanding urban land, politics, and planning: A critical appraisal of Kampala's urban sprawl. *Cities*, v. 106, n. 102858, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102858>

BELÉM. *Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém*. Belém: EdUFRA, 2013.

GAMA NETO, O. *Arborização urbana em Belém: diálogo entre tempos*. Belém, 2013, 156f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade federal do Pará, Belém, 2013.

GARCÍA-HERNANDEZ, J. S. Las Lógicas de la producción de la ciudad neoliberal: entre el espacio concebido y el espacio vivido. *Finisterra*, v. 114, p. 41-58, 2020. <http://dx.doi.org/10.18055/Finis20390>

- GUSMÃO, H. A. S.; SOARES, D. A. S. Processo desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém (PA). **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Cidade do México, jan./mar, 2018.
- HARVEY, D. **The Limits to Capital**. Londres: Verso, 2007.
- IBIAPANO, T. R.; NÄÄS, I. A. O efeito do resfriamento causado pela arborização como uma solução para o aquecimento urbano: um estudo de caso em teresina, estado do Piauí, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, e2969119870, 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9870>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. Características urbanísticas do entorno dos domicílios.2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd_2010_e_ntorno_domicilios.pdf Acesso em 23 mai. 2021.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.
- LIMA, J. J. F.; SANTOS, R. B.; SENA, L. F. A.; ARAÚJO, C. L. C. Estrutura Social e Organização Social da Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Belém: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, p. 145-172. 2015
- LIMA, G. V. B. A.; PEREIRA, M. M.; RIBEIRO JR, C. R.; AZEVEDO, L. A. C.; ARAÚJO, I. R. S. O direito à cidade arborizada: A arborização como indicador da segregação socioeconômica em Belém do Pará. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 79-96, 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/revsbau.v15i1.69694>.
- LUZ, L. M.; RODRIGUES, J. E. C. **Atlas de Áreas Verdes da Cidade de Belém**. Belém: GAPTA/UFGA, 2012.
- NESPOLO, C. C. C.; ABREU, E. L.; VICENTE, C. P.; PERES, R. B. Planos Diretores de Arborização Urbana: Necessidade de incorporação na legislação brasileira. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 42-55, 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/revsbau.v15i2.70466>.
- OLIVEIRA, C. M. A produção do espaço urbano na orla de Porto Alegre, Brasil. **Revista de Urbanismo**, v. 42, p. 17-31, 2020. <https://doi.org/10.5354/0717-5051.2020.54280>.
- OLIVEIRA, J. D.; BIONDI, D.; BATISTA, A. C.; REIS, A. R. N.; NESI, J. Atenuação do ruído de tráfego de vias urbanas pela vegetação em Curitiba -Paraná, Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 13-28. 2018. <http://dx.doi.org/10.5380/revsbau.v13i2.63655>.
- PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Santa Maria: UAB/NTE/UFSM, 2018.
- RODRIGUES, J. E. C.; LUZ, L. M.; SARAIVA, J. S. Análise Morfológica dos bairros de Nazaré e Guamá no processo de redução das áreas verdes urbanas no município de Belém-PA. In:VI Congresso Iberoamericano De Estudios Territoriales Y Ambientales, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2014. p. 2813-2838.
- SACCO, P. L.; GHIRANDI, S.; TARTARI, M.; TRIMARCHI, M. Two versions of heterotopia: The role of art practices in participative urban renewal process. **Cities**, v. 89, p. 199-208, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.02.013>.
- SILVA, D. A.; BATISTA, D. B.; BATISTA, A. C. Avaliação qualitativa da arborização com Mangifera indicadas ruas de Belém-PA. **Revista Acta Biológica Catarinense**, Joinville, v. 1, n. 5, p. 34-45, 2018.
- SOARES, A. A. S.; CARVALHO, A. C. Desafios da Governança do espaço urbano na Era do Antropoceno, e o caso das inundações e alagamentos em Belém-PA. **Revista GeAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 105-142. 2018.
- SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **CONFINS**, v. 5, n. 5, 2009. <https://doi.org/10.4000/confins.5633>.
- TONUCCI FILHO, J. B. M. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 370-404, 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48273>.